

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, vimos submeter à aprovação o Relatório da Administração da Companhia, composto do Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2021, bem como as Demonstrações de Resultado. Agradecemos desde já a atenção dispensada e permanecemos à disposição para esclarecimentos.

| Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares de reais | | | |
|--|------|------------|-----------|
| Ativo | Nota | 2021 | 2020 |
| Passivo e patrimônio líquido | | | |
| Circulante | | | |
| Fornecedores | 19 | 250.018 | 228.024 |
| Cessão de crédito por fornecedores | 20 | 397.453 | 386.550 |
| Empréstimos e financiamentos | 21 | 8.860 | 24.313 |
| Salários a pagar | | 94.646 | 85.241 |
| Tributos a recolher | 23 | 41.054 | 38.180 |
| Dividendos a pagar | | 7.662 | - |
| Impostos de renda e contribuição social a pagar | | 77 | 3.941 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 4.f | 18.866 | 25.471 |
| Contas a pagar | 24 | 106.065 | 97.937 |
| | | 924.701 | 889.657 |
| Não circulante | | | |
| Empréstimos, e financiamentos | 21 | 4.576 | 44.887 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 22.b | 59.062 | 30.903 |
| Provisões para contingências | 25 | 14.603 | 12.393 |
| Contas a pagar | 24 | 7.328 | 7.217 |
| | | 85.569 | 95.400 |
| Total do passivo | | 1.010.270 | 985.057 |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital social | 26.a | 2.708.560 | 1.663.560 |
| Reserva de capital | 26.b | 15.066 | 12.833 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 26.c | 164.237 | 200.300 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 26.e | 51.076 | 24.742 |
| Reservas de lucros | 26.d | 11.872 | 10.260 |
| Dividendos propostos | | 22.985 | - |
| Prejuízos acumulados | | - (49.595) | - |
| | | 2.973.796 | 1.862.100 |
| Total do ativo | | 3.984.066 | 2.847.157 |

| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais | | | | | | | | | | |
|---|------|--------------------|---|-------------------|---------------------------------|-----------------------------|---------------|---------------|-----------------|------------------|
| Ativo | Nota | Reserva de capital | | Reserva de lucros | | Lucros/Prejuízos acumulados | Total | Total | | |
| | | Capital | Adiantamento para futuro aumento de capital | Reserva | Dividendos adicionais propostos | | | 2021 | 2020 | |
| Saldos em 1º de janeiro de 2020 | | 1.293.969 | 120.000 | - | 9.775 | 29.363 | 10.260 | - | (68.140) | 1.395.227 |
| Capital integralizado | 26.a | 369.591 | (250.000) | - | - | - | - | - | - | 119.591 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 26.c | - | 330.300 | - | - | - | - | - | - | 330.300 |
| Opção de compra de ações | 26.b | - | - | - | 3.058 | - | - | - | - | 3.058 |
| Resultado líquido do exercício | 26.e | - | - | - | - | - | - | 18.545 | - | 18.545 |
| Outros resultados abrangentes | | | | | | | | | | |
| Ganhos ou perdas de derivativos, líquidos de impostos | | - | - | - | - | (4.621) | - | - | - | (4.621) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | | 1.663.560 | 200.300 | - | 12.833 | 24.742 | 10.260 | - | (49.595) | 1.862.100 |
| Capital integralizado | 26.a | 1.045.000 | (337.950) | - | - | - | - | - | - | 707.050 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 26.c | - | 301.887 | - | - | - | - | - | - | 301.887 |
| Opção de compra de ações | 26.b | - | - | - | 2.233 | - | - | - | - | 2.233 |
| Prejuízo acumulado do período | 26.e | - | - | - | - | - | - | 81.854 | - | 81.854 |
| Constituição de reserva legal | 26.e | - | - | - | - | - | 1.612 | - | (1.612) | - |
| Constituição da reserva de incentivos fiscais | | - | - | - | - | - | - | (4.860) | - | (4.860) |
| Dividendos adicionais propostos | 26.e | - | - | - | - | - | - | 22.985 | (19.340) | 3.645 |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 26.e | - | - | - | - | - | - | (6.447) | (6.447) | - |
| Outros resultados abrangentes | | | | | | | | | | |
| Ganhos ou perdas de derivativos, líquidos de impostos | 26.e | - | - | - | - | 26.334 | - | - | - | 26.334 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | | 2.708.560 | 164.237 | - | 15.066 | 51.076 | 11.872 | 22.985 | - | 2.973.796 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais: A Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. ("Companhia"), com sede localizada em Anápolis-GO, é uma Companhia brasileira de capital fechado, controlada pela Hypera S.A. A Companhia atua no segmento farmacêutico e é detentora do registro de diversas marcas tradicionais, dentre elas Doralgina, Histamin, Massageol, Neosor, Torisilax e Virineo, dentre outras, componentes do portfólio da marca de medicamentos similares e genéricos Neo Química. O parque fabril da Companhia - com cerca de 150 mil metros quadrados de área construída - está localizado em Anápolis-GO, e as vendas de mercadorias ali produzidas são substancialmente realizadas para a controladora Hypera S.A.. Em Barueri, a Companhia mantém centros de pesquisa e desenvolvimento de produtos farmacêuticos do Brasil, com capacidade atual para mais de 150 projetos simultâneos para lançamento de novos medicamentos, dermocosméticos, nutricionais e suplementos vitamínicos. Está em processo de instalação de uma nova unidade para fabricação de embalagens de produtos farmacêuticos em Goiânia-GO. **2 Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), que foram mensurados ao valor justo, por meio do resultado. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2022. **a. Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas consolidadas pela Companhia conforme permitido pelo item 4 (iv) do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, já que sua controladora Hypera S.A., apresenta demonstrações financeiras consolidadas. **b. Operações descontinuadas:** As operações descontinuadas decorrentes de componentes que foram alienados, descontinuados ou classificados como mantido para venda são divulgadas nas demonstrações financeiras, separado do restante das operações da Companhia: (i) Demonstração do resultado - As receitas e despesas de operações descontinuadas, incluindo os ajustes no período corrente que estejam diretamente relacionados com operação descontinuada em período anterior, bem como os ganhos e perdas resultantes das baixas de ativo mantidos para venda, são apresentados em uma única rubrica "Resultado de Operações Descontinuadas", líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. (ii) Os ativos e passivos relacionados a operações descontinuadas são apresentadas no ativo e passivo circulantes, separadamente dos outros ativos e passivos do balanço patrimonial. O detalhamento das referidas operações descontinuadas está descrito na Nota 15. **c. Novas Normas e interpretações ainda não efetivas: Alterações adotadas pela Companhia:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021: **Reforma da IBOR** - Fase 2: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 "Instrumentos Financeiros", ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao IFRS 4/

| Demonstrações de resultados | | | |
|--|------|----------------|----------------|
| Exercícios findos em 31 de dezembro | | | |
| Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma | | | |
| | Nota | 2021 | 2020 |
| Operações continuadas | | | |
| Receita líquida | 27 | 2.263.161 | 1.621.194 |
| Custo das vendas | 28.a | (1.958.107) | (1.362.939) |
| Lucro bruto | | 305.054 | 258.255 |
| Despesas com vendas e marketing | 28.a | (90.576) | (171.435) |
| Despesas administrativas e gerais | 28.a | (58.947) | (51.923) |
| Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas | 28.b | (32.266) | 9.826 |
| Equivalência patrimonial | | 361 | (5.871) |
| Resultado antes das receitas e despesas financeiras | | 123.626 | 38.852 |
| Receitas financeiras | 28.c | 4.786 | 3.012 |
| Despesas financeiras | 28.d | (10.015) | (11.268) |
| Despesas financeiras, líquidas | | (5.229) | (8.256) |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | | 118.397 | 30.596 |
| Imposto de renda e contribuição social | 22.c | (36.210) | (10.797) |
| Resultado líquido das operações continuadas | | 82.187 | 19.799 |
| Operações descontinuadas | | | |
| Resultado líquido de operações descontinuadas | 15 | (333) | (1.254) |
| Resultado líquido do exercício | | 81.854 | 18.545 |
| Resultado por ação (em R\$) | | 0,08479 | 0,03314 |
| Demonstrações do resultado abrangente | | | |
| Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais | | | |
| | | 2021 | 2020 |
| Resultado líquido do exercício | | 81.854 | 18.545 |
| Outros resultados abrangentes | | | |
| Itens que serão reclassificados para o resultado | | | |
| Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças no valor justo | | 77.453 | (7.001) |
| Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes | | (26.334) | 2.380 |
| Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social | | 51.119 | (4.621) |
| Resultado abrangente do exercício | | 132.973 | 13.924 |

dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **• Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **• Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **• Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Contabilidade de hedge:** A IFRS 9 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco e que se aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A IFRS 9 também introduz novos requisitos de equilíbrio de relações de hedge e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge. De acordo com o novo modelo, é provável que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um hedge de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de hedge. A Companhia utilizou contratos de câmbio a termo para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de alterações nas taxas de câmbio relativas a empréstimos e compras de estoques em moeda estrangeira. De acordo com a IAS 39, para todos os hedges de fluxo de caixa, os valores acumulados nas reservas de hedge de fluxo de caixa são reclassificados para o resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados do objeto de hedge afetam o resultado. Contudo, de acordo com a IFRS 9, para hedges de fluxo de caixa para o risco de moeda estrangeira associados às compras previstas de ativos não financeiros, os valores acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa e na reserva de custo de hedge serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não financeiro quando este for reconhecido. **2.2 Conversão de moeda estrangeira: a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. **b. Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesas financeiras. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. **2.4 Classificação, Reconhecimento e mensuração dos ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clien-

| Demonstrações dos fluxos de caixa | | |
|---|------------------|------------------|
| Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais | | |
| | 2021 | 2020 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, incluindo operações descontinuadas | | |
| | 118.064 | 29.342 |
| Ajustes | | |
| Depreciação e amortização | 64.788 | 49.965 |
| Perdas e provisões de ativos | (744) | 47.036 |
| Resultado na venda de ativos permanentes | 803 | 1.632 |
| Equivalência patrimonial | (28) | 7.116 |
| Perdas cambiais | 8.581 | 1.503 |
| Despesas/receitas de juros e relacionadas, líquidas | (3.352) | 6.753 |
| Despesas de remuneração com base em ações | 3.573 | 3.546 |
| Provisões | 13.748 | 23.498 |
| Resultado ajustado | 205.433 | 170.391 |
| Variações nas contas de ativos e passivos | | |
| Contas a receber de clientes | (249.118) | (242.411) |
| Estoques | (285.580) | (140.733) |
| Tributos a recuperar | (11.378) | (26.428) |
| Depósitos judiciais e outros | (367) | (6.489) |
| Demais contas a receber | (1.001) | (10.633) |
| Fornecedores | 5.740 | (21.833) |
| Cessão de crédito por fornecedores | 11.428 | 279.718 |
| Derivativos fornecedores | 49.917 | 79.340 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (96) | - |
| Tributos a recolher | (4.827) | 22.343 |
| Salários e encargos sociais | 8.055 | 10.649 |
| Contas a pagar | 17.280 | 29.392 |
| Juros da operação | (6.512) | (90.140) |
| Demais contas a pagar | 1.672 | (1.286) |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | (259.354) | 51.880 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | |
| Aumento de capital nas investidas | (316) | (385) |
| Compra de ativo imobilizado | (523.067) | (394.746) |
| Compra de intangíveis | (163.075) | (139.822) |
| Recebimento pela venda de ativos de natureza permanentes | 15.349 | 9.727 |
| Hedge Investimentos | (177) | - |
| Mútuos ativos | 1 | 3 |
| Juros recebidos | 2.514 | 1.577 |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos | (668.771) | (523.646) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | |
| Pagamento de empréstimos - principal | (52.632) | (18.727) |
| Pagamento de empréstimos - juros | (7.794) | (3.609) |
| Integralização de capital | 1.008.937 | 450.300 |
| Mútuos passivos | 4.333 | 1.773 |
| Caixa líquido proveniente das (aplicadas) atividades de financiamentos | 952.844 | 429.737 |
| Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa | 24.719 | (42.029) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 63.787 | 105.816 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 88.506 | 63.787 |
| Varição do equivalente de caixa | 24.719 | (42.029) |
| Transações que não envolveram o caixa | 16.550 | 30.428 |
| Aquisição de ativo imobilizado | 16.550 | 30.428 |

tes e determinados outros ativos. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido. **b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Essa categoria é composta pelas transações de hedge que visam a cobertura dos riscos relacionados a fluxo de caixa, a variação entre o valor na curva do instrumento de hedge e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de hedge quanto os objetos de hedge impactam o resultado pelo valor na curva. **c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo eventuais derivativos embutidos e demais títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos e, na rubrica "Despesas financeiras", para os instrumentos derivativos. **2.4.1 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.2 Impairment de ativos financeiros:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras. O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: Hedges de valor justo:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. O ganho ou a perda resultante são contabilizados no resultado do período no resultado financeiro. **Hedges de fluxos de caixa:** Os instrumentos de hedge são contabilizados pelo valor justo e o objeto de hedge pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de hedge e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de hedge quanto os objetos de hedge impactam o resultado pelo valor na curva. **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a

receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda esperada (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. **2.7 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são apresentados líquidos das provisões para perdas, líquido das eliminações de lucros não realizados nos estoques. **2.8 Intangíveis: a. Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor de aquisição. Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo Intangível e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento e fortalecimento de uma marca são reconhecidos como despesa. Companhia detém direitos de uso de marcas, por tempo determinado, que são amortizados em 4,9 anos. **b. Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de 05 anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **c. Pesquisas e desenvolvimento de produtos:** Os gastos com pesquisas, quando incorridos, são registrados diretamente no resultado. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Estes custos são amortizados durante sua vida útil estimável de 14,1 anos. **2.9 Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e centros de distribuição. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é calculada para amortizar os custos dos itens, líquido dos seus valores residuais estimáveis, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada do bem, conforme média a seguir:

| Anos | |
|-------------------------------------|------|
| Edificações e benfeitorias | 23,5 |
| Máquinas, equipamentos e instalação | 16,3 |
| Veículos | 8,6 |
| Móveis e utensílios | 18,8 |
| Ferramentas e vasilhames | 5,7 |

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.10). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas/receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado. **2.10 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como as marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados em níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado, e então para redução do valor contábil dos outros ativos de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **2.11 Ativos e passivos mantidos para venda:** Os ativos e passivos não circulantes mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregados e propriedade para investimentos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado, na conta de operações descontinuadas. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados. **2.12 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.13 Cessão de crédito por fornecedores:** Alguns fornecedores têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Brainfarma. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de "cessão de crédito por fornecedores", haja vista que o título será pago à instituição financeira e não mais ao fornecedor. **2.14 Empréstimos, financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas a instituições financeiras, a

título de custo de captação, são diferidas até que ocorra a efetiva operação. Quando houver probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.15 Provisões e demais passivos, exceto empréstimos e financiamentos:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. **2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e demais tributos a recuperar: a. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou outros resultados abrangentes. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o resultado tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda diferido ativo e passivo se relacionam com o imposto de renda e contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 no período de 12 meses, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **b. Demais tributos a recuperar:** São representados por PIS, COFINS, IPI e ICMS a recuperar. Os ativos são constituídos quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, ou ainda quando existe o direito de ressarcimento junto às autoridades fiscais. **2.17 Benefícios a empregados: a. Remuneração com base em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal), ou alienação de ações em tesouraria quando as opções são exercidas. **b. Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em critérios que também considera o lucro atribuível aos seus acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. **c. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.18 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos. **2.19 Reconhecimento da receita de venda de produtos e mercadorias:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções. A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma pode ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos ou outro fator que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador. **2.20 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor divergente do mínimo obrigatório somente é contabilizado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Esses dividendos não poderão exceder os valores contabilizados nas contas de reserva de capital. Qualquer pagamento de dividendos será compensado com o valor das distribuições obrigatórias referentes ao exercício no qual os dividendos tenham sido pagos. **2.21 Arrendamentos:** No início de cada contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06(R2)/IFRS 16. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais e estimativa dos custos de restauração. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra o ativo do direito de uso é amortizado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Abaixo a média do prazo de amortização do ativo de direito de uso:

| Anos | |
|-------------|-----|
| Edificações | 4, |
| Veículos | 3,0 |

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente,

pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1 Julgamentos contábeis críticos: Vida útil das marcas:** Dada a estratégia de negócio e os investimentos efetuados, incluindo propaganda e publicidade para fortalecimento e durabilidade das marcas, a administração avalia que uma estimativa de limite previsível para a vida útil das marcas pode não ser adequada. Assim, as marcas não são amortizadas, mas são avaliadas por *impairment*, a fim de assegurar que seus valores contábeis não ultrapassem os valores de realização. **3.2 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios, estão contempladas abaixo: **a. Vida útil de ativos imobilizados:** A revisão da vida útil é feita anualmente. Não houve alterações relevantes nas depreciações registradas, bem como não foi identificado necessidade de alteração na vida útil utilizada (Nota 17). **b. Perda (impairment) estimada em ativos não financeiros:** A Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nas contas de ágio, marcas e patentes e imobilizado de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.4.4. A administração definiu a existência de uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) e um único segmento de negócios (Nota 27), cujo valor recuperável foi determinado com base em cálculo do valor em uso, efetuados com bases em estimativas (Notas 17 e 18).

c. Contingências passivas: A nota 25 apresenta informações sobre passivos e contingências a que a Companhia está exposta no curso de seus negócios. A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da administração, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Companhia. O andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos internos e externos, sendo que mudanças nas tendências dos tribunais ou novas jurisprudências podem fazer com que as estimativas sofram alterações significativas. **4 Gestão do risco financeiro: a. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, incluindo risco de moeda de valor justo, risco de taxa de juros, de fluxo de caixa e risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados, periodicamente os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto. **b. Risco cambial:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais são como seguem:

| | 2021 | | 2020 | |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | US\$ mil | R\$ mil | US\$ mil | R\$ mil |
| Passivo | | | | |
| Fornecedores | 1.200 | 6.688 | 3.282 | 17.047 |
| Cessão de crédito por fornecedores | 44.788 | 249.463 | 48.697 | 254.601 |
| Instrumentos derivativos que mitigam riscos (*) | (156.522) | (871.804) | (181.583) | (943.161) |
| Exposição líquida | (110.534) | (615.653) | (129.604) | (671.513) |
| (*) valores nacionais | | | | |

| Tipo (em R\$ milhares) | Valor de referência (nacional) | | Valor justo a receber (a pagar) | | Ganhos/perdas realizadas | |
|--------------------------|--------------------------------|----------------|---------------------------------|-----------------|--------------------------|---------------|
| | dez/21 | dez/20 | dez/21 | dez/20 | dez/21 | dez/20 |
| Moeda estrangeira | | | | | | |
| Contratos a termo | 871.804 | 943.161 | (12.459) | (20.249) | 48.299 | 79.340 |
| Posição comprada | 1.013.327 | 1.051.801 | (15.285) | (19.659) | 54.856 | 82.724 |
| Posição vendida | (141.523) | (108.640) | 2.826 | (590) | (6.557) | (3.384) |
| Total | 871.804 | 943.161 | (12.459) | (20.249) | 48.299 | 79.340 |

g. Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos: Contratos a termo de moeda estrangeira são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros de dólar estadunidense para cada data-base, conforme informado pela BM&F BOVESPA. **h. Análise de sensibilidade:** Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I, de cerca de 6,60% de oscilação para o dólar estadunidense que corresponde a 3 desvios-padrão da oscilação dos três meses do quarto trimestre do ano) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na taxa de câmbio do Real contra o dólar estadunidense, respectivamente (cenários II e III).

| Risco (em R\$ milhares) | Cenário I | | Cenário II | | Cenário III | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 25% de oscilação | 50% de oscilação | 25% de oscilação | 50% de oscilação | 25% de oscilação | 50% de oscilação |
| Apreciação | 5,324 | | 4,178 | | 2,786 | |
| Depreciação | | 5,818 | | 6,964 | | 8,357 |
| Moeda estrangeira | | | | | | |
| Hedge econômico | (178.766) | 178.766 | (217.493) | 217.493 | (434.985) | 434.985 |
| Contratos a termo | (178.766) | 178.766 | (217.493) | 217.493 | (434.985) | 434.985 |
| Objeto do hedge econômico | 178.224 | (178.224) | 216.833 | (216.833) | 433.667 | (433.667) |
| Fornecedores e cessão de créditos em moeda estrangeira | 178.224 | (178.224) | 216.833 | (216.833) | 433.667 | (433.667) |
| Efeito líquido | (542) | 542 | (660) | 660 | (1.318) | 1.318 |

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação à cotação do dólar estadunidense, mantendo constante todos os demais variáveis. Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e juros pós-fixados sobre nos mesmos financiamentos e aplicações financeiras projetados para o primeiro trimestre de 2022.

| Cenários de Variação | Variação provável de 25% | | Variação de 50% | |
|--------------------------------------|--------------------------|----------------|-----------------|----------------|
| | (2.140) | (1.671) | (3.341) | (3.341) |
| Aplicações financeiras | (2.140) | (1.671) | (3.341) | (3.341) |
| Total do efeito perda (ganho) | (2.140) | (1.671) | (3.341) | (3.341) |

Premissas cenário provável: CDI previsto 10,26% a.a. **5 Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos (conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 podem ser assim sumarizados:

| | 2021 | 2020 |
|---|-----------|-----------|
| Total dos empréstimos, financiamentos (Nota 21) | 13.436 | 69.200 |
| Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 10) | (88.506) | (63.787) |
| Dívida líquida | (75.070) | 5.413 |
| Total do patrimônio líquido | 2.973.796 | 1.862.100 |
| Patrimônio líquido ajustado | 2.898.726 | 1.867.513 |
| Índice de alavancagem financeira - % | N.A. | 0,29% |

6 Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor

c. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica e busca diversificação de indexadores em seu passivo financeiro. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. No quadro a seguir está apresentada a exposição a risco de taxa de juros das operações vinculadas à variação da TR e CDI:

| | 2021 | 2020 |
|--------------------------------------|----------|----------|
| Financiamentos (TR) | - | 47.133 |
| Aplicações financeiras CDI (Nota 10) | (87.580) | (62.989) |
| Exposição líquida | (87.580) | (15.856) |

d. Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha com classificação de *rating* descritas na Nota 9 (Qualidade do crédito dos ativos financeiros). **e. Risco de liquidez:** A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e linhas de crédito disponíveis são suficientes para financiar os compromissos financeiros e pagamentos de dividendos no futuro. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Alguns valores não fecham com o balanço patrimonial em virtude de ser uma estimativa.

| | Entre | | Entre | | Total geral |
|--------------------------------------|-----------------|----------------|-------------------|---------------------|-------------|
| | Menos de um ano | um a dois anos | dois a cinco anos | Acima de cinco anos | |
| Empréstimos e financiamentos | 9.158 | 4.914 | 137 | - | 14.209 |
| Fornecedores | 250.018 | - | - | - | 250.018 |
| Cessão de crédito por fornecedores | 397.465 | - | - | - | 397.465 |
| Contas a pagar | 106.053 | 7.328 | - | - | 113.393 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 17.257 | - | - | - | 17.257 |
| Exposição líquida | 779.951 | 12.242 | 137 | - | 792.330 |

| | Entre | | Entre | | Total geral |
|--------------------------------------|-----------------|----------------|-------------------|---------------------|-------------|
| | Menos de um ano | um a dois anos | dois a cinco anos | Acima de cinco anos | |
| Empréstimos e financiamentos | 19.340 | 18.595 | 33.363 | 9.437 | 80.735 |
| Fornecedores | 228.024 | - | - | - | 228.024 |
| Cessão de crédito por fornecedores | 386.550 | - | - | - | 386.550 |
| Contas a pagar | 97.937 | 7.217 | - | - | 105.154 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 36.966 | - | - | - | 36.966 |
| Exposição líquida | 768.817 | 25.812 | 33.363 | 9.437 | 837.429 |

f. Derivativos: No ano de 2021 foram realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, de termo de moeda (Dólar x Real). As referidas operações em aberto foram realizadas para proteger as oscilações de passivos denominados em moeda estrangeira relativos às rubricas de empréstimos e financiamentos e fornecedores. Elas não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculadas (vide análise de sensibilidade na letra (b) a seguir). Em 31 de dezembro de 2021, as operações de instrumentos derivativos contratadas pela Companhia totalizaram R\$ 871.804 (Em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 943.161). Os resultados das operações ainda não liquidadas representaram perdas no valor de R\$ 12.459 (Em 31 de dezembro de 2020 perdas de R\$ 20.249). Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, essas operações podem ser resumidas conforme tabela a seguir:

| | Valor de referência (nacional) | | Valor justo a receber (a pagar) | | Ganhos/perdas realizadas | |
|--------------------------|--------------------------------|---------|---------------------------------|----------|--------------------------|--------|
| | dez/21 | dez/20 | dez/21 | dez/20 | dez/21 | dez/20 |
| Moeda estrangeira | | | | | | |
| Contratos a termo | 871.804 | 943.161 | (12.459) | (20.249) | 48.299 | 79.340 |

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação à cotação do dólar estadunidense, mantendo constante todos os demais variáveis. Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e juros pós-fixados sobre nos mesmos financiamentos e aplicações financeiras projetados para o primeiro trimestre de 2022.

| Cenários de Variação | Variação provável de 25% | | Variação de 50% | |
|--------------------------------------|--------------------------|----------------|-----------------|----------------|
| | (2.140) | (1.671) | (3.341) | (3.341) |
| Aplicações financeiras | (2.140) | (1.671) | (3.341) | (3.341) |
| Total do efeito perda (ganho) | (2.140) | (1.671) | (3.341) | (3.341) |

Premissas cenário provável: CDI previsto 10,26% a.a. **5 Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital

De acordo com as características da *hedge*, a Companhia possui como prática contábil adotar a contabilidade de cobertura (*hedge accounting*), conforme previsto no CPC 38 (IAS 39). Para as operações que são designadas para *hedge accounting*, a Companhia documenta formalmente a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade da relação de *hedge*. A Companhia faz as avaliações prospectivas e retrospectivas, tanto no momento da designação da relação de *hedge*, como continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de eficácia determinada pela administração. **Hedges de fluxos de caixa:** A Companhia adota o *hedge* de fluxo de caixa para a maioria das operações de fornecedores. Os instrumentos de *hedge* são contabilizados pelo valor justo e o objeto de *hedge* pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de *hedge* e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de *hedge* quanto os objetos de *hedge* impactam o resultado pelo valor na curva. Vide abaixo as operações e efeitos contábeis decorrentes desta adoção:

| Operação | Indexação | Tipo de hedge | Valor principal | Saldo ativo/passivo | Ganho no resultado abrangente |
|----------------|-------------|----------------|-----------------|---------------------|-------------------------------|
| Contas a pagar | USD | Fluxo de Caixa | 44.081 | (44.081) | - |
| NDF | USD vs. BRL | Fluxo de Caixa | 44.081 | (133) | (835) |
| NDF Compras | USD vs. BRL | Fluxo de Caixa | 409.309 | (9.229) | (9.229) |
| NDF Capex | USD vs. BRL | Fluxo de Caixa | 26.452 | 83 | 83 |

As operações de Hedges de fluxo de caixa vigentes mantiveram a Razão de Hedge 1:1 com Taxa Média Ponderada de BRL/USD 5,8209 para NDFs de Fornecedores e BRL/USD 5,8300 para NDFs de Compras Futuras e BRL/EUR 6,4273 e BRL/USD 5,7092 para NDFs de Capex. O fluxo de caixa destas operações está informado na Nota de Gestão de Risco Financeiro - Risco de Liquidez (Nota 4e). Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente e ajuste de *hedge accounting* diferido no Patrimônio Líquido é reconhecido no resultado do exercício.

8 Instrumentos financeiros por categoria:

| | 2021 | 2020 | | | |
|---|---|---|-------------------------------------|--|----------------|
| | Valor justo por outros resultados amortizados | Ativos ao valor justo por meio do resultado | Designados por hedge de valor justo | Designados por hedge de fluxo de caixa | Total |
| Ativos financeiros, conforme o balanço patrimonial | | | | | |
| Contas a receber de clientes (Nota 11) | 734.022 | - | - | - | 734.022 |
| Aplicações financeiras (Nota 10) | 87.580 | - | - | - | 87.580 |
| Caixa e bancos (Nota 10) | 926 | - | - | - | 926 |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | 3.100 | - | 3.307 | 6.407 |
| Outros ativos (Nota 14) | 17.689 | - | - | - | 17.689 |
| | <u>840.217</u> | <u>3.100</u> | - | <u>3.307</u> | <u>846.624</u> |

Passivos financeiros, conforme o balanço patrimonial

| | 2021 | 2020 | | | |
|--|---|-----------------------------------|-------------------------------------|--|----------------|
| | Valor justo por outros resultados amortizados | Valor justo por meio do resultado | Designados por hedge de valor justo | Designados por hedge de fluxo de caixa | Total |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 21) | - | - | 13.436 | - | 13.436 |
| Fornecedores (Nota 19) | - | - | 250.018 | - | 250.018 |
| Cessão de créditos por fornecedores (Nota 20) | - | - | 397.453 | - | 397.453 |
| Contas a pagar | - | - | 98.074 | - | 98.074 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 15.447 | - | - | 3.419 | 18.866 |
| | <u>15.447</u> | - | <u>758.981</u> | - | <u>777.847</u> |

Ativos financeiros, conforme o balanço patrimonial

| | 2021 | 2020 | | | |
|--|---|-----------------------------------|-------------------------------------|--|----------------|
| | Valor justo por outros resultados amortizados | Valor justo por meio do resultado | Designados por hedge de valor justo | Designados por hedge de fluxo de caixa | Total |
| Contas a receber de clientes (Nota 11) | 484.904 | - | - | - | 484.904 |
| Aplicações financeiras (Nota 10) | 62.989 | - | - | - | 62.989 |
| Caixa e bancos (Nota 10) | 798 | - | - | - | 798 |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | 4.814 | (1.664) | 2.072 | 5.222 |
| Outros ativos (Nota 14) | 20.299 | - | - | - | 20.299 |
| | <u>568.990</u> | <u>4.814</u> | <u>(1.664)</u> | <u>2.072</u> | <u>574.212</u> |

Passivos financeiros, conforme o balanço patrimonial

| | 2021 | 2020 | | | |
|--|---|-----------------------------------|-------------------------------------|--|----------------|
| | Valor justo por outros resultados amortizados | Valor justo por meio do resultado | Designados por hedge de valor justo | Designados por hedge de fluxo de caixa | Total |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 21) | - | - | 69.200 | - | 69.200 |
| Fornecedores (Nota 19) | - | - | 228.024 | - | 228.024 |
| Cessão de créditos por fornecedores (Nota 20) | - | - | 386.550 | - | 386.550 |
| Contas a pagar | - | - | 93.017 | - | 93.017 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 14.372 | - | - | 11.099 | 25.471 |
| | <u>14.372</u> | - | <u>776.791</u> | - | <u>802.262</u> |

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da Companhia. **9 Qualidade do crédito dos ativos financeiros:** A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante informações históricas sobre os índices de inadimplência:

| | 2021 | 2020 |
|--|---------------|---------------|
| Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (*) | | |
| AAA | 88.502 | 63.785 |
| | <u>88.502</u> | <u>63.785</u> |

O saldo residual do item "caixa e equivalentes de caixa" do balanço patrimonial é substancialmente dinheiro em caixa.

Ativos financeiros derivativos

| | 2021 | 2020 |
|-----|--------------|--------------|
| AAA | 6.407 | 4.020 |
| AA | - | 708 |
| A- | - | 494 |
| | <u>6.407</u> | <u>5.222</u> |

(*) Fonte: agências de risco Moody's, Standard & Poor's ou Fitch, em escala local, quando disponível, caso contrário em escala global. Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos com partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

10 Caixa e equivalentes de caixa:

| | 2021 | 2020 |
|--------------------------|---------------|---------------|
| Caixa e bancos | 926 | 798 |
| Aplicações financeiras: | | |
| Operações compromissadas | 643 | 1.341 |
| CDB | 86.937 | 61.648 |
| | <u>87.580</u> | <u>62.989</u> |
| | <u>88.506</u> | <u>63.787</u> |

As aplicações financeiras têm rendimento entre 98,0% e 101,9% (em 31 de dezembro de 2020 entre 96,5% e 102,5%) da variação do CDI, com média ponderada de 100,7% (em 31 de dezembro de 2020 de 99,99%).

11 Contas a receber:

| | 2021 | 2020 |
|--|----------------|----------------|
| Clientes no país | 2.885 | 3.322 |
| Clientes - partes relacionadas (Nota 29) | 733.996 | 484.541 |
| | <u>736.881</u> | <u>487.763</u> |
| Perda de crédito esperada | (2.859) | (2.859) |
| | <u>734.022</u> | <u>484.904</u> |

Os valores justos das contas a receber de clientes aproximam-se dos valores contábeis acima por serem todos valores de realização no curto prazo. A constituição e a baixa da provisão para perda de crédito esperada foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas e marketing". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados do contas a receber quando não há expectativa de recuperação dos recursos. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia mantém determinados títulos como garantia, conforme descrito na Nota 21 (a).

12 Estoques:

| | 2021 | 2020 |
|---------------------------|----------------|----------------|
| Produto acabado e revenda | 74.958 | 76.363 |
| Produto semiacabado | 92.693 | 47.015 |
| Matéria-prima | 647.566 | 443.069 |
| Manutenção e suprimentos | 120.527 | 88.012 |
| Provisão para perdas | (61.793) | (55.342) |
| | <u>873.951</u> | <u>599.117</u> |

b. Equivalência Patrimonial:

| | Patrimônio Líquido ajustado em 31 de dezembro de 2021 | Participação % | Equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2021 | Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2021 | Equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2020 | Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2020 |
|---|---|----------------|--|---|--|---|
| Neolatina Comércio e Ind. Farmacêutica S.A. | 30.353.435 | 46.731 | 100% | 361 | 46.731 | (5.871) |
| | | | | | | 46.370 |

17 Imobilizado:

| | Terrenos | Edifícios e benfeitorias | Máquinas equipamentos e Instalações | Veículos | Móveis e utensílios | Outros | Total em operação | Imobilização em andamento* | Imobilizado total |
|----------------------------------|----------|--------------------------|-------------------------------------|----------|---------------------|--------|-------------------|----------------------------|-------------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2020 | 3.216 | 225.580 | 522.238 | 55 | 10.947 | 3.297 | 765.333 | 102.906 | 868.239 |
| Adições | - | 12 | 188.449 | 720 | 880 | 651 | 190.712 | 209.034 | 399.746 |
| Baixa | - | (156) | (3.103) | - | (109) | 28 | (3.340) | (233) | (3.573) |
| Depreciação | - | (9.145) | (29.877) | (72) | (398) | (564) | (39.966) | - | (39.966) |
| Transferência | - | 3.268 | 92.664 | - | 149 | 32 | 96.113 | (96.114) | (1) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 3.216 | 219.559 | 770.461 | 703 | 11.469 | 3.444 | 1.008.852 | 215.593 | 1.224.445 |

Ativos próprios

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------------|---------------|----------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2021 | 3.216 | 224.384 |
| Adições | 17.063 | - |
| Baixa | - | - |
| Depreciação | - | - |
| Transferência | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | <u>20.279</u> | <u>212.879</u> |

Ativos de direito de uso - arrendamentos

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2021 | - | 5.265 |
| Adições | - | 410 |
| Baixa | - | - |
| Amortização | - | (850) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | <u>(281)</u> | <u>(746)</u> |

Ativos de direito de uso - arrendamentos

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2021 | - | 4.825 |
| Adições | - | 2.412 |
| Baixa | - | 64 |
| Amortização | - | (281) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | <u>(281)</u> | <u>6.491</u> |

Ativos de direito de uso - arrendamentos

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2021 | - | 4.825 |
| Adições | - | 2.412 |
| Baixa | - | 64 |
| Amortização | - | (281) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | <u>(281)</u> | <u>6.491</u> |

Ativos de direito de uso - arrendamentos

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2021 | - | 4.825 |
| Adições | - | 2.412 |
| Baixa | - | 64 |
| Amortização | - | (281) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | <u>(281)</u> | <u>6.491</u> |

Ativos de direito de uso - arrendamentos

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2021 | - | 4.825 |
| Adições | - | 2.412 |
| Baixa | - | 64 |
| Amortização | - | (281) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | <u>(281)</u> | <u>6.491</u> |

Ativos de direito de uso - arrendamentos

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2021 | - | 4.825 |
| Adições | - | 2.412 |
| Baixa | - | 64 |
| Amortização | - | (281) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | <u>(281)</u> | <u>6.491</u> |

Ativos de direito de uso - arrendamentos

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2021 | - | 4.825 |
| Adições | - | 2.412 |
| Baixa | - | 64 |
| Amortização | - | (281) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | <u>(281)</u> | <u>6.491</u> |

Ativos de direito de uso - arrendamentos

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2021 | - | 4.825 |
| Adições | - | 2.412 |
| Baixa | - | 64 |
| Amortização | - | (281) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | <u>(281)</u> | <u>6.491</u> |

Ativos de direito de uso - arrendamentos

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2021 | - | 4.825 |
| Adições | - | 2.412 |
| Baixa | - | 64 |
| Amortização | - | (281) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | <u>(281)</u> | <u>6.491</u> |

Ativos de direito de uso - arrendamentos

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2021 | - | 4.825 |
| Adições | - | 2.412 |
| Baixa | - | 64 |
| Amortização | - | (281) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | <u>(281)</u> | <u>6.491</u> |

Ativos de direito de uso - arrendamentos

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2021 | - | 4.825 |
| Adições | - | 2.412 |
| Baixa | - | 64 |
| Amortização | - | (281) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | <u>(281)</u> | <u>6.491</u> |

Ativos de direito de uso - arrendamentos

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2021 | - | 4.825 |
| Adições | - | 2.412 |
| Baixa | - | 64 |
| Amortização | - | (281) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | <u>(281)</u> | <u>6.491</u> |

Ativos de direito de uso - arrendamentos

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2021 | - | 4.825 |
| Adições | - | 2.412 |
| Baixa | - | 64 |
| Amortização | - | (281) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | <u>(281)</u> | <u>6.491</u> |

Ativos de direito de uso - arrendamentos

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2021 | - | 4.825 |
| Adições | - | 2.412 |
| Baixa | - | 64 |
| Amortização | - | (281) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | <u>(281)</u> | <u>6.491</u> |

| | Empres- timos, financia- mentos e debêntures | | Tributos a Recolher | | Partes Relacio- nadas a pagar | | Divi- dendos a pagar | | Arrenda- mentos Mercantis | | Instrumentos financeiros derivativos ativos | | Instrumentos financeiros derivativos passivos | | Patrimônio Líquido | | Total |
|--|--|---------------------|----------------------------------|-------------------------|----------------------------------|--|--|--------------------|------------------------------|----------|--|----------|--|----------|--------------------|----------------|---------|
| | Empres- timos, financia- mentos e debêntures | Tributos a Recolher | Partes Relacio- nadas a pagar | Divi- dendos a pagar | Arrenda- mentos Mercantis | Instrumentos financeiros derivativos ativos | Instrumentos financeiros derivativos passivos | Patrimônio Líquido | Total | | | | | | | | |
| Pagamento de empréstimos - juros | (2.773) | - | - | - | (836) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (3.609) |
| Mútuos passivos | - | - | 1.773 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.773 |
| Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento | (19.983) | - | 1.773 | - | (2.353) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 450.300 | 429.737 | |
| Outras variações | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Baixa | - | - | - | - | (1.134) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (1.134) |
| Adições | - | - | - | - | 3.102 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 3.102 |
| Tributos a recolher | - | 23.352 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 23.352 |
| Juros apropriados | 10.122 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 11.142 |
| Stock option/matching | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 3.067 | - | 3.067 |
| Remensuração | - | - | - | - | - | 462 | - | - | - | - | - | - | - | - | (409) | - | 53 |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 18.545 |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (4.630) |
| AVJ - Hedge Fornecedores | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 17.748 | (17.748) | - | - | - | - |
| Hedge fornecedores - Juros pagos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (21.652) | 39.882 | - | - | - | - | 18.230 |
| Total das outras variações relacionadas com passivos | 10.122 | 23.352 | - | - | 3.450 | (3.904) | 22.134 | 16.573 | 71.727 | | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2020 | 69.200 | 38.180 | 2.665 | - | 9.083 | (5.222) | 25.471 | 1.862.100 | 2.001.477 | | | | | | | | |

22 Imposto de renda e contribuição social diferidos: a. Composição dos tributos diferidos ativos: Referem-se ao crédito tributário sobre prejuízo fiscal acumulados, base negativa de contribuição social e sobre diferenças temporárias, baseado em estudo de realização considerando a geração de resultados tributáveis, a partir de 2021.

| | 2021 | 2020 |
|---|--------|--------|
| Crédito tributário | | |
| Prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL | 5.316 | 5.316 |
| Provisão para contingências | 5.231 | 4.133 |
| Perda de crédito esperada | 978 | 978 |
| Provisão para estoques | 21.010 | 18.816 |
| Provisões trabalhistas | 13.686 | 13.892 |
| Stock Option realizada | 3.001 | 3.366 |
| Outras diferenças temporárias | 37.611 | 34.605 |
| Total do crédito tributário | 86.833 | 81.106 |

(-) Parcela de ativos fiscais diferidos compensáveis com passivos diferidos com a mesma autoridade tributária (também compensável na apuração do imposto corrente) (75.511) (81.106)

Saldo remanescente do crédito tributário 11.322 -

b. Passivos fiscais diferidos: Composto substancialmente por passivo diferido de imposto de renda e contribuição social, decorrente de diferenças temporárias.

| | 2021 | 2020 |
|---|----------------|----------------|
| Passivos fiscais diferidos sobre diferenças temporais: | | |
| Valor justo do imobilizado - combinações de negócios | 18.724 | 19.841 |
| Diferença de taxa contábil e fiscal de imobilizados | 103.887 | 80.094 |
| Gastos com capitalização a realizar | 10.826 | 10.952 |
| Outros | 1.136 | 1.122 |
| Total do débito tributário | 134.573 | 112.009 |

(-) Parcela de passivos fiscais diferidos compensáveis com ativos diferidos de mesma natureza (75.511) (81.106)

Saldo remanescente do passivo diferido 59.062 30.903

c. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

| | 2021 | 2020 |
|--|----------------|---------------|
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | 118.064 | 29.342 |
| Alíquota combinada - % | 34% | 34% |
| Despesa de IR/CS à alíquota combinada | (40.142) | (9.952) |
| Resultado da equivalência patrimonial | 9 | (2.419) |
| Incentivo de pesquisa e desenvolvimento | 10.799 | 8.323 |
| Juros e correções de natureza indenizatória s/ativos tributários | 293 | 6.052 |
| Despesas não dedutíveis (permanentes) | (7.169) | (12.801) |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado | (36.210) | (10.797) |
| Corrente | - | (4.532) |
| Diferido | (36.210) | (6.265) |
| Operações continuadas | (36.210) | (10.797) |
| | -31% | -37% |

23 Tributos a recolher:

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------|---------------|---------------|
| ICMS a recolher | 36.342 | 36.731 |
| IPI/PIS/COFINS a recolher | 1.445 | 321 |
| Outros impostos a recolher | 3.267 | 1.128 |
| Total | 41.054 | 38.180 |

24 Contas a pagar:

| | 2021 | 2020 |
|---|--------|--------|
| Fretes a pagar | 4.426 | 3.051 |
| Serviços prestados | 50.485 | 42.920 |
| Compras de ativo fixo | 16.580 | 30.428 |
| Arrendamentos mercantis (i) | 9.502 | 9.083 |
| Provisão de impostos sobre provisão de perdas de estoques | 15.319 | 12.137 |
| Partes Relacionadas | 7.055 | 2.665 |
| Outras | 10.026 | 4.870 |

25 Contingências passivas: a. Provisões para contingências: Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresentava os seguintes passivos e os correspondentes depósitos prévios e/ou judiciais relacionados às contingências:

| | 2021 | | 2020 | |
|--------------------------------------|-------------------------------|-------------------|-------------------------------|-------------------|
| | Prognóstico de perda provável | Depósito judicial | Prognóstico de perda provável | Depósito judicial |
| Cível (i) | 37 | - | 37 | - |
| Trabalhista (ii) | 3.580 | (1.320) | 2.260 | 2.528 |
| Tributária (iii) | - | - | 2 | (2) |
| Administrativas/outras (iv) | 11.770 | (41) | 11.729 | 9.625 |
| Responsabilidade de Ex-Proprietários | 577 | - | 577 | 1.189 |
| | 15.964 | (1.361) | 14.603 | 13.344 |
| | | | | (951) |
| | | | | 12.393 |

Movimentação das Contingências

| | 2020 | Atualização Monetária | Adições | Reversões | Pagamentos | 2021 |
|--------------------------------------|--------|-----------------------|---------|-----------|------------|---------|
| Cível | - | - | 85 | (48) | - | 37 |
| Trabalhista | 2.528 | 252 | 2.074 | (1.274) | - | 3.580 |
| Tributária | 2 | - | - | (2) | - | - |
| Administrativas/outras | 9.625 | 1.065 | 1.293 | (213) | - | 11.770 |
| Responsabilidade de Ex-Proprietários | 1.189 | - | 34 | (646) | - | 577 |
| | 13.344 | 1.317 | 3.486 | (2.183) | - | 15.964 |
| | (951) | - | (702) | 292 | - | (1.361) |
| Depósitos Judiciais | 12.393 | 1.317 | 2.784 | (1.891) | - | 14.603 |

26 Capital social e reservas: a. Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2021, totalmente integralizado é de R\$ 2.708.560 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 1.663.560), representado por 910.696.658 (em 31 de dezembro de 2020 - 559.667.559) ações ordinárias. Em 03 de fevereiro de 2021, o capital social foi aumentado em R\$ 87.950 (oitenta e sete milhões e novecentos e cinquenta mil reais), mediante a 29.699.706 (vinte e nove milhões, seiscentos e noventa e nove mil, setecentos e seis) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, ao preço de emissão de R\$ 2,961308796 cada ação, a serem futuramente emitidas ("Novas Ações"). Em 09 de março de 2021, o capital social foi aumentado em R\$ 602.050 (seiscentos e dois milhões e cinquenta mil reais). Em 11 de agosto de 2021, o capital social foi aumentado em R\$ 355.000 (trezentos e cinquenta e cinco milhões de reais), mediante a emissão de 118.929.835 (cento e dezoito milhões, novecentos e vinte e nove mil, oitocentos e trinta e cinco) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 2,984953264 cada ação. **b. Reserva de capital: Opções de compra de ações:** Foram aprovados em AGE's, pelos acionistas da Hypera S.A., controladora da Companhia, para os seus executivos e de suas subsidiárias, abrangendo os executivos da Brainfarma, os Programas de Opção de Compra de Ações, nas seguintes datas:

| Reuniões do Conselho de Administração - RCA | |
|---|-------------------------|
| Programa | Plano |
| Programa 2009 | 17 de dezembro de 2009 |
| Programa 2010 | 06 de agosto de 2010 |
| Programa 2011 | 02 de fevereiro de 2011 |
| Plano III | |
| Programa 2011 | 26 de dezembro de 2011 |
| Programa 2013 | 03 de maio de 2013 |
| Programa 2014 | 21 de fevereiro de 2014 |
| Programa 2014-A | 30 de dezembro de 2014 |
| Programa 2017 | 11 de abril de 2017 |

O plano é administrado pelo Conselho de Administração da Hypera e tem como objetivo de permitir que colaboradores da Companhia adquiram ações da Hypera. Nesta conta são registradas as opções de outorga de ações pelos colaboradores da Companhia. **Plano de Concessão de ações em regime de Matching:** Foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, os Programas de Opção de Compra de Ações (nas datas de 23 de fevereiro de 2018, 21 de fevereiro de 2019 e 23 de março de 2021) regime de Matching, que tem por objetivo permitir que, no âmbito e como forma de implementação alternativa de pagamento do PPR 2017, PPR 2018, PPR 2019 e PPR 2020 a 2025 ou de bonificação por resultado conferida pela Companhia, direta ou indiretamente ("Bônus de Performance"). O prazo de carência de 1 ano para até 25% das opções outorgadas, 2 anos para até 50%, 3 anos para até 75%, 4 anos para até 100%, com obrigatoriedade de destinação de no mínimo, 50% do bônus anual líquido dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia. O objetivo é que os beneficiários definidos, desde que atendidos determinados termos e condições, tenham a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, promovendo, em consequência, um maior alinhamento e integração dos seus interesses com os interesses da Companhia e o compartilhamento dos riscos do mercado de capitais. **Plano de Outorga de Ações Restritas:** Em AGE's realizada em 14 de abril de 2016 e aditado em 19 de abril de 2018 e em 24 de abril de 2019, foram aprovados os Planos de Outorga de Ações Restritas, que tem por objetivo permitir a outorga de direitos em receber as Ações Restritas aos colaboradores elegíveis selecionados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, com vistas a atrair e reter executivos da Companhia. **c. Adiantamento para futuro aumento de capital:** Em Assembleia Geral Extraordinária de 09 de maio de 2021 foi integralizado, mediante a utilização de crédito resultante de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, o valor de R\$ 337.950 (trezentos e trinta e sete milhões, novecentos e cinquenta mil reais) correspondente a 113.945.915 (cento e treze milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, novecentos e quinze) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **d. Reserva de lucros: Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **e. Ajuste de avaliação patrimonial:** A companhia reconhece nesta rubrica a variação de valor de aquisição de empresas liquidadas com ações e ganhos ou perdas em operações de hedge de fluxo de caixa. Para as variações cambiais, o efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. As transações de hedge de fluxo de caixa serão transferidas ao resultado do exercício se identificado parcela ineficaz ou quando do término da relação de hedge. **f. Proposta de destinação do resultado:** Abaixo a proposta da administração para a distribuição dos dividendos de 2021:

| | 2021 | 2020 |
|--|---------------|---------------|
| Resultado líquido do exercício | 81.854 | 81.854 |
| Compensação de prejuízos fiscais de exercícios anteriores | (49.595) | (49.595) |
| Lucro a ser destinado | 32.259 | 32.259 |
| Constituição da reserva legal | (1.612) | (1.612) |
| Constituição da reserva de incentivos fiscais | (4.860) | (4.860) |
| Base de cálculo dos dividendos | 25.787 | 25.787 |
| Dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão estatutária (25%) | 25% | 25% |
| Dividendos mínimos obrigatórios | (6.447) | (6.447) |
| Dividendos adicionais propostos | (19.340) | (19.340) |
| | (25.787) | (25.787) |

27 Receita: A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

| | 2021 | 2020 |
|--------------------------------------|-----------|-----------|
| Vendas brutas de produtos e serviços | 2.526.705 | 1.804.011 |
| Devoluções | (4.500) | (1.329) |

Nos ativos e passivos

| | Outros valores a receber (*) | | Indenização de acionistas | | Mútuos a receber | | Fornecedores a pagar | | Contas a pagar | | Outros valores a pagar | |
|--|------------------------------|-------|---------------------------|---|------------------|---|----------------------|---|----------------|---|------------------------|---|
| Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda. | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Hypera S.A. | 666.796 | 8.192 | - | - | - | - | - | - | - | - | (5.845) | - |
| Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. | 67.200 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| My - Agência Propaganda Ltda. | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda. | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TV Serra Dourada Ltda. | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| João Alves de Queiroz Filho | - | - | 3.383 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 733.996 | 8.192 | 3.383 | - | - | - | - | - | - | - | (5.845) | - |

(*) substancialmente ressarcimento de perdas de mercadoria pela controladora Hypera S.A.

No resultado do exercício

| | Vendas de mercadorias/produto (*) | | Compras de mercadorias/produtos | | Receita de alugueis | | Indenização de acionistas | | Despesas financeiras | | Receitas financeiras | |
|---|-----------------------------------|---|---------------------------------|---|---------------------|---|---------------------------|---|----------------------|---|----------------------|-----|
| Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda. | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Hypera S.A. | 2.426.933 | - | - | - | 2.096 | - | - | - | - | - | (57) | 401 |
| João Alves de Queiroz Filho | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 100 |
| | 2.426.933 | - | - | - | 2.096 | - | - | - | - | - | (57) | 501 |

(*) Refere-se as vendas brutas. A receita de mercadorias/produtos líquida das deduções de venda em 2021 é de R\$ 2.263.161 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 1.621.194).

30 Outros assuntos: a) Investigação Interna: Em 25 de maio de 2020, conforme Fato Relevante divulgado na mesma data, o Conselho de Administração tomou conhecimento da conclusão de uma apuração interna coordenada por Comitê Independente de fatos relacionados à "Operação Tira-Teima", que confirmou a existência de pagamentos comprovadamente indevidos pela Companhia no valor de R\$ 6,5 milhões, além dos R\$ 6,1 milhões que foram objeto de Instrumento de Transação firmado com ex-administrador da controladora da Companhia em 2016. Após negociação com o principal acionista co-controlador da Companhia, o Conselho de Administração aprovou, em 25 de maio de 2020, a celebração de um termo de pagamento com o Sr. João Alves de Queiroz Filho ("Termo de Pagamento"), o qual, entendendo ser no melhor interesse da Companhia e de seus acionistas, concordou em efetuar o pagamento à controladora da Companhia dos R\$ 6,5 milhões, em 4 parcelas iguais e sucessivas, devidamente atualizado monetariamente pela taxa Selic. A Companhia, por meio dos seus assessores legais especializados, tem apoiado e colaborado com as investigações conduzidas pelas autoridades competentes. A administração da Companhia está comprometida em adotar as medidas necessárias e avaliará com o apoio de seus assessores legais especializados, a conveniência e a oportunidade de recorrer aos mecanismos legais que forem adequados à conclusão definitiva do assunto, incluindo a celebração de acordos com as autoridades competentes. No momento a administração da Companhia não tem como avaliar de forma precisa e confiável eventuais impactos adicionais resultantes dos fatos relacionados à "Ope-

ração Tira-Teima" apurados pela Companhia e pelo Comitê Independente. **b) Impactos à pandemia da COVID-19:** Até o momento as operações da Companhia não foram impactadas de forma relevante em relação à pandemia da COVID-19. O segmento de atuação da Companhia é considerado essencial e, assim, não teve suas operações interrompidas e está seguindo as determinações das legislações municipais e/ou estaduais em todo seu parque fabril localizado em Anápolis-GO e Goiânia-GO. Em virtude de uma boa gestão da cadeia de suprimentos, os níveis de estoques da Companhia permanecem normais e capazes de manter a capacidade produtiva dentro da normalidade, não tendo sido observada interrupção no fornecimento de insumos. Em relação aos recebíveis da Companhia, o setor farmacêutico não sofre, no momento, um aumento da inadimplência e também não houve alongamento dos prazos de vencimentos, não trazendo assim impactos nestes recebíveis até o momento. As ferramentas de TI da Hypera Pharma provaram-se eficazes e, juntamente com a disciplina de gestão, os colaboradores da Companhia continuam a trabalhar dentro do nível de produtividade usual. A Companhia entende que está tomando todas as medidas adequadas para prevenir a disseminação da COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período de pandemia. Embora as operações da Companhia não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento, a administração da Companhia não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados à pandemia da COVID-19 que possam trazer reflexos para a Companhia, mas continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas.

| | | |
|---|----------------------------|---------------------------------|
| Adalmario Ghovatto Satheler do Couto | Rafael Vito Batista | Adilson Benjamin de Lima |
| Diretor | Diretor | Contador - CRC 1SP 221851/O-4 |

Aos Administradores e Acionistas **Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases: Processo de investigação:** Conforme mencionado na Nota 30 (a) às demonstrações financeiras, em virtude da investigação conduzida pelo Ministério Público Federal, com medidas determinadas pelo Poder Judiciário, no contexto da denominada “Operação Tira-Teima” que versa sobre atos decorrentes e/ou relacionados com acordos de colaboração premiada celebrados pelo ex-diretor de Relações Institucionais da Hypera S.A. (controladora da Companhia) e que confirmou o pagamento de despesas indevidas

entre 2013 e 2016, o Conselho de Administração da Hypera S.A. deliberou, entre outros temas, pela constituição de um Comitê Especial Independente que coordenou uma investigação visando a apuração de fatos, com o apoio de especialistas independentes. A investigação foi concluída e indicou que foram realizados pagamentos comprovadamente indevidos, os quais foram reembolsados pelo acionista controlador e pelo ex-administrador. A Hypera S.A. tem colaborado com as investigações conduzidas pelas autoridades competentes com o apoio de assessores especializados e avalia a conveniência e a oportunidade de recorrer aos mecanismos legais que forem adequados à conclusão definitiva do assunto, incluindo as hipóteses de celebração de acordos com as autoridades competentes. No momento, a administração concluiu que não tem como avaliar de forma precisa e confiável eventuais impactos adicionais resultantes dos fatos relacionados à “Operação Tira-Teima”. Nossa conclusão não está ressaltada em relação a esse assunto. **Transações com partes relacionadas:** Chamamos atenção para as Notas 1 e 29 às demonstrações financeiras, que descrevem que as vendas das mercadorias produzidas pela Companhia são substancialmente realizadas para sua controladora Hypera S.A., mantendo assim um elevado grau de dependência. Dessa forma, as demonstrações financeiras da Companhia devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade

operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo

de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Goiânia, 31 de março de 2022



pwc

PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Marcos Magnusson de Carvalho
Contador CRC 1SP215373/O-9